

**PET no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.714 - SP  
(2019/0276018-2)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**REQUERENTE : WILSON SOUZA RIBEIRO (PRESO)**  
**ADVOGADO : ANDRÉ NOVAES DA SILVA - SP247573**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. PETIÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PLEITO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. NOVO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF NAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE N. 43, 44 E 54. PEDIDO DEFERIDO.

**DECISÃO**

**WILSON SOUZA RIBEIRO**, por meio de petição de n. 759784/2019 (fls. 402-404), requer a **suspensão da execução provisória da pena**.

Ao que se tem dos autos, o MM. Juízo de 1º Grau **condenou** o ora recorrente como incurso nas sanções dos arts. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006, à pena de **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão**, em regime inicial **fechado**, mais 583 dias-multa (fls. 163-170).

O eg Tribunal de origem, em decisão unânime, negou provimento ao recurso de **apelação criminal** da Defesa (fls. 224-236). Na ocasião, determinou a expedição de mandado de prisão, para início do cumprimento da pena (fl. 236)

Sobreveio **recurso especial**, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, no qual se alega violação ao art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 (fls. 248-259).

Apresentadas as **contrarrazões** (fls. 337-344), o especial foi inadmitido na origem pelos seguintes fundamentos: **a)** aplicação da **Súmula n. 284/STF**; **b)** incidência da **Súmula n. 7/STJ** (fls. 346-347). Foi interposto o respectivo **agravo**, no qual a recorrente repisou os argumentos expendidos no

apelo nobre (fls. 351-360).

**Contraminuta** apresentada pelo **Parquet** (fls. 363-368).

Em decisão de fls. 375-376, a d. Presidência deste eg. Superior Tribunal **não conheceu** do agravo, por ausência de impugnação aos fundamentos da decisão de admissibilidade do apelo nobre.

**Decido.**

Na linha da jurisprudência até então firmada no âmbito desta eg. Corte, a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu **jus libertatis** antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado.

Por tal motivo, tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do que dispõe o artigo 312 do Código de Processo Penal, sob pena de configurar-se antecipação de pena ou execução provisória, inadmitida, até então, pela Suprema Corte, com base no **HC n. 84.078/MG**, da relatoria do em. Ministro **Eros Grau**.

**Nesse sentido:** AgRg no RHC 47.220/MG, **5ª Turma**, Rel. Min. **Regina Helena Costa**, DJe de 29/8/2014; RHC 36.642/RJ, **6ª Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 29/8/2014; HC 296.276/MG, **5ª Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, DJe de 27/8/2014; RHC 48.014/MG, **6ª Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 26/8/2014; **v.g.**

Contudo, o Plenário do col. Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, indeferiu o pedido formulado no **HC n. 126.292/SP**, de relatoria do e. Min. **Teori Zavascki**, e decidiu pela possibilidade do início do cumprimento da pena após o julgamento da apelação, em v. acórdão publicado em **17/5/2016**. Em outras palavras, estaria autorizada a execução provisória da pena após o julgamento de segunda instância. Tal entendimento, cumpre frisar, foi alterado pela Suprema Corte, em data de **7/11/2019**, por ocasião do julgamento de mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade de n. 43, 44 e 54.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, alterou o entendimento jurisprudencial até então preponderante para **concluir que a prisão para execução da pena somente é possível após o trânsito em julgado da ação penal, ou seja, com o esgotamento de todos os recursos cabíveis.**

Portanto, a prisão antes de esgotados todos os recursos cabíveis só poderá ocorrer por decisão individualizada, com a demonstração da existência dos requisitos para a prisão preventiva, previstos no artigo 312 do CPP.

No caso dos autos, pretende a defesa do ora requerente recorrer do v. acórdão de apelação, mediante interposição do respectivo recurso especial, e do respectivo agravo, o qual não foi conhecido em decisão monocrática proferida pela d. Presidência desta eg. Corte Superior. Ademais, pende de julgamento o consequente agravo regimental, a mim atribuído, conforme Termo de Distribuição e Encaminhamento de fl. 398.

Assim, tendo em vista o novo entendimento definido pelo Pretório Supremo Tribunal sobre a necessidade de se aguardar o trânsito em julgado para o início da execução da pena, ressalvadas a hipótese de prisão cautelar e a determinação da custódia com essa natureza, condições e efeitos, **defiro** o pedido formulado na presente petição, tão somente para garantir o direito ao requerente de aguardar em liberdade o trânsito em julgado de sua condenação, **salvo** se por outro motivo estiver preso.

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator